

## Atividades humanas e Terapia Ocupacional

Eliane Dias de Castro  
Elizabeth M. F. de Araújo Lima  
Maria Inês Britto Brunello

Neste capítulo abordar-se-á a questão das atividades no campo da Terapia Ocupacional. Por ser esta uma discussão vasta, optou-se por se iniciar com um breve histórico da utilização de atividades na Terapia Ocupacional brasileira, para, em seguida, apresentar a perspectiva teórico-metodológica com a qual se tem trabalhado e que redimensiona o tema. Por fim, pela relação com a prática que se tem desenvolvido, procurar-se-á ilustrar essa perspectiva e apontar as principais tendências que em nossa época se constelam.

### Breve histórico

Embora a Terapia Ocupacional tenha surgido no Brasil no final dos anos 1950 e início dos 60, com a criação do primeiro curso de graduação na USP e o posterior reconhecimento da profissão, encontramos na história da Terapia Ocupacional, já em meados do século XIX e início do XX, referências sobre o “uso terapêutico das ocupações”, basicamente sob a orientação de médicos, que eram aqui desenvolvidas principalmente em instituições asilares para doentes mentais. Não é de estranhar; atividades, as mais diversas, são importantes elementos da lógica asilar, desde que a psiquiatria surgiu como um saber médico em relação à loucura, transformando-a em doença mental. Esta era a base do tratamento moral proposto por Pinel, na

França, e os hospitais psiquiátricos brasileiros que surgiram a partir de meados do século XIX procuravam seguir os moldes dessa proposta de intervenção.

No entanto, à medida que concepções biológicas foram se tornando hegemônicas nesse campo, essas práticas entraram em declínio, o que não indica, porém, que as atividades desapareceram do asilo. Segundo Nascimento, em quase todos eles foram mantidas atividades monótonas e repetitivas que, por um lado, serviam de combate à ociosidade e ao vazio provocados pela situação de internação a que estavam submetidos os pacientes e, por outro, auxiliavam na manutenção da própria instituição.

A essa herança do tratamento moral, na psiquiatria, veio somar-se, nos anos 1960, outra forma de compreender e lidar com as atividades no campo da Terapia Ocupacional.<sup>1</sup> Essa outra concepção buscava um reconhecimento científico para a profissão e estava fundamentada no modelo médico e psicológico. Seu desenvolvimento se deu inicialmente nos Estados Unidos, no final dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, em consequência de uma especialização crescente no campo da ciência e de reformulações teóricas de várias práticas de saúde daí decorrentes. Assim, assiste-se naquele país a uma expansão de técnicas e conhecimentos em reabilitação na área da disfunção física; os terapeutas tornaram-se especialistas no tratamento de certas lesões e precisavam estar habilitados para lidar com adaptações, próteses, exercícios e outros recursos que (re)adaptassem os indivíduos às atividades da vida diária. Durante esse período, o tratamento do paciente psiquiátrico também se modificou: uma ênfase maior passou a ser dada à adaptação do indivíduo ao seu meio social e à tentativa de efetivar um retorno funcional deste à família e à comunidade; além disso, nessa época, foi introduzida a abordagem psicodinâmica na Terapia Ocupacional.

---

1. Segundo Soares, "a Terapia Ocupacional surgiu, basicamente, de dois processos: a ocupação de doentes crônicos em hospitais de longa permanência e a restauração da capacidade funcional dos incapacitados físicos" (1991, p. 139).

Em consequência a esse panorama, a formação que se estabeleceu no Brasil visava preparar um profissional com capacidade para definir objetivos e técnicas terapêuticas diferenciadas segundo a patologia do paciente e a especialidade médica à qual estava associado.

Na tentativa de transformar as atividades em instrumento de uma ciência exata, buscou-se, mediante uma análise pormenorizada, pesquisar os componentes de cada ação, sua natureza, sua potencialidade como meio de tratamento, objetivando-se conhecê-la previamente a fim de adaptá-la, graduá-la e indicá-la às pessoas atendidas de acordo com seu diagnóstico ou disfunção.

Por outro lado, quando os terapeutas ocupacionais começaram a atuar nas instituições, encontraram ali práticas e concepções do uso de atividades já determinadas, que estavam comprometidas com a manutenção ideológica desses locais, associadas, muitas vezes, a uma "ocupação" esvaziada de significado e distanciada das necessidades reais dos pacientes.

Vendo as atividades contaminadas por esses resquícios de um tratamento moral ou, muitas vezes, reduzidas a exercícios físicos ou treinos de funções e habilidades, a partir de tarefas monótonas e repetitivas, muitos profissionais buscaram repensar a profissão sobre outras bases teóricas, ideológicas e práticas. Para estes, havia a possibilidade de tomar esse conjunto de práticas e saberes já construídos e acumulados, não para negá-los, mas para reconstruí-los, enfrentando as contradições de uma reformulação e propondo modos de operar e pensar essa atuação que respondessem de forma mais adequada à demanda que a prática e o encontro com os pacientes colocava cotidianamente. Nessa tarefa tomavam como aliados muitos dos autores brasileiros que buscaram aprofundar os estudos sobre a utilização de atividades com objetivos terapêuticos. Osório César, Nise da Silveira e Luís Cerqueira,<sup>2</sup> entre outros, são alguns dos citados como referência nesse processo de retomada do valor das atividades.

Assim, era preciso repensar algumas práticas e concepções a elas vinculadas, que impregnavam as atividades, quaisquer

---

2. Para conhecer mais sobre esses autores, ver Nascimento, 1991.

que fossem, para enxergar nelas novas potencialidades. Era preciso desconstruir aquilo que Nascimento (1990) chamou de “mito da atividade terapêutica”, desfazendo a ligação imediata, fácil e ideológica entre atividade e terapeutividade, para se perguntar sobre que “terapia” queríamos desenvolver. A atividade é, então, questionada como recurso principal da prática da terapia ocupacional, na tentativa de reelaborar este “mito”, que estaria encobrindo os reais objetivos e efeitos das ações dos terapeutas ocupacionais.

## Novas perspectivas

Concomitantemente a esses fatores presentes no interior do campo da Terapia Ocupacional, ocorria na área da saúde um forte movimento de questionamento crítico do papel dos técnicos nas instituições e populações atendidas, gerando um redimensionamento, nos anos 1970 e 80, do papel do terapeuta ocupacional. De uma prática que muitas vezes era de amortização de conflitos e manutenção do *status quo*, realizando uma reabilitação voltada para a adaptação do sujeito a uma realidade dada ou um modo dominante de existência, o terapeuta ocupacional passa a questionar as condições em que se encontram seus pacientes e o espaço de contradição que ele próprio ocupa, entre uma função terapêutica, de um lado, e uma função de controle social, de outro.

A essa problematização do papel desempenhado pelos profissionais somaram-se dois movimentos no interior das propostas de atenção à saúde que fortaleceram atuações interdisciplinares, bem como produziram novos sentidos para as atividades e para as práticas da Terapia Ocupacional. O primeiro iniciou-se com a organização das pessoas com deficiência e a luta por direitos às mesmas oportunidades de outros cidadãos, assim como pela melhoria das condições de vida e do ambiente em que vivem, o que possibilitou a introdução de novos conceitos e propostas de abordagem desta questão, influenciando assim a atitude dos técnicos e da população em geral. O segundo refere-se às propostas de desinstitucionalização psiquiátrica que introduziram experiências teórico-práticas singulares para lidar com a complexidade das demandas que o trabalho com a

psiquiatria exige, contemplando um movimento pelos direitos civis, construindo propostas de transformação concreta da vida dos pacientes e auxiliando na reconstrução plena da cidadania.

Esses fatores trouxeram a necessidade de produção de possibilidades concretas a essas populações, garantindo que pessoas que apresentavam problemáticas específicas (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais e/ou sociais) fossem incluídas e participassem da vida social numa base igualitária, assegurando a oportunidade de usarem o potencial criativo, artístico e intelectual, de desenvolverem habilidades e de terem acesso a eventos e serviços socioculturais.

Aliada a essa necessidade está uma nova noção de Reabilitação, que tem como sentido a construção dos direitos substanciais (afetivos, relacionais, materiais, habitacionais, produtivos e culturais) dos pacientes e um interesse, de fato, em pesquisar a transformação ocorrida nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas dos doentes mentais, dos deficientes e das populações chamadas “excluídas”.

É a partir dessa nova perspectiva na história da saúde e das propostas de reabilitação psicossocial que as atividades passam a ser elementos importantes no movimento de desconstrução de uma lógica excludente e alienante. Assim, com esse campo de novas reflexões e experiências desenvolvidas a partir dos anos 1980, criam-se outras formas de ver o corpo em movimento, em ação, em seus “fazer” cotidianos. Outros sentidos são dados às atividades, que passam a ser vistas e valorizadas como elemento articulador entre o sujeito e sua comunidade, representando, assim, oportunidades de encontro e diálogo entre os diferentes indivíduos da sociedade e possibilitando a emergência de produções significativas e desalienadoras, que envolvem um sujeito inserido em determinado tempo e espaço.

Segundo essas idéias, toda intervenção seria voltada para o indivíduo e seu grupo social, de forma que se pudessem criar condições de bem-estar e autonomia à pessoa que vive à margem, viabilizando a construção social de espaços de vida e de expressão da diversidade.

O compromisso reabilitacional passa a ser, de fato, com o desenvolvimento da vida, no sentido de ser no social, na trama do cotidiano. Há aqui uma mudança de proposta que envolve um redimensionamento das práticas, uma reavaliação do sentido das atividades exercidas por todo cidadão.

Além disso, embora a construção das novas práticas em Terapia Ocupacional estivesse centrada no conjunto das necessidades expressas pelos sujeitos, depara-se, nos anos 1990, com o problema, a ser enfrentado, de reabilitar os espaços vividos – a comunidade e a cidade. É também nesses espaços, além do campo clínico, que se promove o encontro entre recursos e necessidades dos sujeitos em sua relação com o momento e o lugar em que vivem. Nesses espaços de produção e ampliação da rede relacional, ocorrem a transformação e a construção de uma nova realidade, a partir da qual são definidas as possibilidades concretas de aquisição de novos conhecimentos, novas linguagens, de convivência e emancipação sociocultural e de criação de projetos de vida.

Essas novas perspectivas na prática do terapeuta ocupacional distanciam-se de um sentido positivo de ciência para se aproximar de um campo conceitual, cujo paradigma é de superação do modelo médico-psicológico, e envolve uma compreensão de novos valores, uma nova visão que, além de considerar o potencial terapêutico das atividades, opera uma transformação cultural. Há uma mudança significativa do papel do profissional, que passa a ser responsável pela criação de novas possibilidades e novas configurações dessas práticas. Na atualidade, a intervenção do técnico apresenta um compromisso com o potencial de renovação da concepção de saúde, que, quando destituída de qualquer intenção prometéica, passa a entender o sistema vivo como “incompleto, indeterminado, irreversível, sempre marcado pela auto-organização que combina, descombina e recompina a ordem, a desordem, a reorganização”.

A saúde passa a ser compreendida não como reparação do dano ou como genérico bem-estar físico-psíquico-social, mas como produção de vida, o que implica uma multiplicidade de intervenções.

Assim, são várias as atividades possíveis, e vastos são seus sentidos. A nova direção da prática da Terapia Ocupacional propõe uma atuação no campo das possibilidades e recursos, de entrada no circuito de trocas sociais: o lúdico, o corpo, a arte, a criação de objetos, os estudos e o conhecimento, a organização dos espaços e o cuidado com o cotidiano, os cuidados pessoais, os passeios, as viagens, as festas, as diversas formas produtivas, a vida cultural, são alguns exemplos de temas que referen-

dam, conectam e agenciam experiências, potencializam a vida, promovem transformações, produzem valor.

Dessa forma, as atividades passaram a constituir na Terapia Ocupacional brasileira um campo prático, de pesquisa e reflexão fecundo, sendo reconhecidas como importante recurso a ser estudado e investigado.

## Atividades, vida cotidiana e produções culturais

A partir da contextualização histórica podemos nos aproximar de alguns aspectos específicos das práticas contemporâneas em Terapia Ocupacional, e apontar fatores intrínsecos ao processo de realização de atividades nos atendimentos de pessoas neste campo. Aqui a atividade humana é considerada o elemento centralizador e orientador na construção complexa e contextualizada do processo terapêutico (Folder do Curso de Terapia Ocupacional da USP, 1997).

As atividades humanas são constituídas por um conjunto de ações que apresentam qualidades, demandam capacidades, materialidade e estabelecem mecanismos internos para sua realização. Elas podem ser desdobradas em etapas, configurando um processo na experiência da vida real do sujeito. A linguagem da ação é um dos muitos modos de conhecer a si mesmo, de conhecer o outro, o mundo, o espaço e o tempo em que vivemos, e a nossa cultura. Ela se apresenta como uma experiência organizada em estruturas definidas cujas bases referem-se à realidade do homem como ser social e ao seu relacionamento com seu “em torno” material. O que se estabelece no decorrer da realização de atividades em Terapia Ocupacional é um campo de experimentação, no qual se instala um processo dinâmico, caracterizado como o fio condutor de uma história peculiar, que se constrói na relação terapêutica, a cada momento ou situação, de modo sempre singular. São elas que darão forma e estrutura ao fazer dos sujeitos atendidos, estabelecendo um sistema de relações que envolve a construção da qualidade de vida cotidiana.

A qualidade de vida envolve a percepção subjetiva dos indivíduos sobre seu bem-estar e suas condições de vida. Envolve também o trabalho para uma organização coletiva na estrutu-

ração dos direitos e na construção da cidadania da população atendida nesse campo. Ela é pessoal e coletiva. Por isso são valorizados momentos de atenção individual e grupal com a finalidade de potencializar a comunicação, a troca de informações e a participação dos sujeitos no mundo. Isso significa constituir um trabalho gradual, artesanal, de desconstrução e enfrentamento de problemas e de recomposição e ressignificação dos projetos de vida, buscando novas formas de conhecimento, de relacionamento e de ação sobre o mundo. Nesse âmbito trabalha-se com o conceito de produção de vida, de sociabilidade, de utilização de formas coletivas de convivência, solidariedade e afetividade.

A vida se mostra como um leque de ações rotineiras, o que faz com que associemos ao conceito de bem-estar um vasto campo de atividades humanas no qual as necessidades parecem estar imbricadas numa rede multifacetada de extrema complexidade e dependente de uma série de vivências culturais e sociais.

Nesse conjunto de ações não podemos deixar de lado nem a realidade exterior nem tampouco a psíquica, pois as necessidades humanas estão relacionadas tanto às questões básicas e concretas de existência – incluindo, aqui, alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, trabalho, lazer, segurança etc. –, quanto à subjetividade inerente ao homem –, como o gosto pela vida, a percepção de seu estado de bem-estar e prazer, a satisfação e o envolvimento emocional com pessoas e atividades, o propósito de vida e felicidade. Inclui-se aqui também a sua participação social, as oportunidades de trabalho significativo e a realização de talentos e habilidades pessoais. Em suma, toda tentativa de dimensionar o significado de qualidade de vida deve tomar cuidado para não reduzi-lo apenas às condições materiais da existência, mas considerá-las sempre na sua plenitude do que significa a vida.

A construção da qualidade da vida cotidiana refere-se à transformação concreta da realidade. Está ligada às atividades de autocuidado e manutenção da vida, visando satisfazer as exigências e necessidades dos sujeitos, e pode ser pensada nas várias esferas que compõem a consistência vital, o cotidiano de qualquer pessoa. A vida cotidiana é vista como o pano de fundo, a linha de referência pela qual podemos nos orientar. Para

Certau, o cotidiano é aquilo que é dado a cada dia. São as atividades e questões rotineiras que compõem os acontecimentos diários da vida dos indivíduos. E como nos diz Heller, é a vida de todos os dias, e de todos os homens; é o mundo da rotina em que a repetição das atividades permite a recriação permanente da vida social. Para a autora, o homem nasce inserido em sua cotidianidade e aprende no grupo os elementos desta, que comunicam constantemente os valores de seu grupo social mais amplo. Ou seja, a vida cotidiana é a verdadeira essência da substância social. E isso só se constitui porque ela se apresenta como um mundo intersubjetivo, um universo cuja participação ocorre com outros homens. A vida é uma rede de trocas e de relações humanas, portanto aí o cotidiano se forma e é produzido.

Devemos, logo, ser sensíveis a essa ambiência, a esse contorno e contexto no qual o indivíduo se move, à complexidade que determina as formas de vida que aí vão se desenrolando ou que aí estão aprisionadas. Os acontecimentos cotidianos marcam a passagem do tempo, dão consistência à experiência existencial e a singularizam.

As atividades auxiliam no trabalho de organização e cuidado do cotidiano, chegando mesmo a apresentar a função de sua estruturação, e ao mesmo tempo favorecem uma instrumentalização técnica dos sujeitos, capacitam para a vida, configuram-se como redes de sustentação para a construção da autonomia e da independência, promovendo a convivência e a contextualização do sujeito na cultura e na sociedade.

Na Terapia Ocupacional, as atividades possibilitam a cada um “ser reconhecido e se reconhecer por outros fazeres”; elas permitem conhecer a história de vida dos sujeitos. A partir do encontro inicial entre terapeutas e pacientes estabelece-se um resgate biográfico no campo das atividades, no qual se descobrem interesses, habilidades e potencialidades que delineiam caminhos possíveis no rol das atividades e produções humanas. No desencadear dos encontros um novo vínculo e um novo conhecimento se constelam. A história pessoal é contada aos poucos, e nesse acompanhamento e nessa escuta é possível mapear também necessidades e possibilidades que estabelecerão um conjunto de práticas centradas no fazer humano, que poderão ser realizadas individualmente ou em grupo. Essas práticas visam à conquista da independência e à organização de um

cotidiano potencializado e vivificado, no sentido da construção do bem-estar pessoal e do empreendimento de lutas para tudo o que implica a construção da qualidade de vida, aqui entendida como campo de possibilidade concreta de acesso às condições de preservação humana, da natureza e do meio ambiente.

A pessoa que realiza atividades, em seu processo de concentração para a ação, tem a possibilidade de reunir fragmentos de suas experiências e transformá-los em novos elementos, ampliando sua vida prática e concreta e complementando-a com conteúdos pessoais. Na atenção em Terapia Ocupacional, há a necessidade de resgatarmos a unidade nas atividades dos sujeitos, um fator fundamental nos processos de restabelecimento da saúde, pois é também por meio de atividades que podemos estimular o organismo e ativar um novo potencial de vida. Promovendo, pela ação e pelo fazer, a retomada da unidade interna da natureza humana, a realização de atividades permite aos sujeitos reunirem fragmentos que a época da especialização, do mecanicismo e do isolamento nos impõe.

A proposição de uma atividade denota o quadro de uma estrutura – a estrutura de um estado de coisas. A unidade de uma proposição é a mesma espécie de unidade que caracteriza um objeto, que apresenta uma narrativa, que compõe uma cena, não importa quantos itens sejam distinguíveis em seu interior.

A realização de atividades procede da experiência vivida, fornece experiências e vivências, ampliando esses campos, e permite aos sujeitos agirem sobre seu próprio meio. Mediante as atividades podemos mergulhar na significação dos gestos e das ações e estabelecer relação com aspectos materiais. Esse fazer está ligado também aos valores espirituais de sujeitos e grupos e pode representar o processo cultural de um grupo social, apresentando-se como um fator ativo de organização social.

O ato de realizar atividades promove mudança de atitudes, pensamentos e sentimentos; restabelece, de maneira sutil, o equilíbrio emocional e atua na estruturação da relação tempo-espaço. É um fenômeno de envolvimento orgânico e é, também, um mecanismo orientador profundamente relacio-

nado ao processo real de percepção, pensamento, sentimento, intuição e ação.

As atividades atuam como outra forma de dizer da condição humana, de apresentar um compromisso real com a existência, de promover trocas sociais e de romper com o isolamento e a invalidação dos sujeitos. Simultaneamente a esses aspectos, ao realizar uma atividade o indivíduo adentra o campo lingüístico e cultural, abrindo com isso um caminho de humanização. O estudo das atividades nos propõe o contato com a história da civilização humana e identifica para nós um campo de valores, anseios e buscas que ocorrem segundo as experiências culturais e a vida social.

Oliver Sacks esclarece sobre a intrincada trama que se estabelece nesse contexto quando afirma que nada é mais prodigioso, ou mais digno de celebração, do que algo que liberta as capacidades de uma pessoa e lhe permite crescer e pensar, que cria a possibilidade da atividade produtiva, construtiva, à luz de objetivos formulados. Para ele, conteúdos em estados embrionários são processos fundamentais que se apresentam como progressos em todo o ser do sujeito e podem ser atribuídos à aquisição de um sistema de linguagem e de participação na vida sociocultural.

Assim temos que as atividades se estruturam e se reestruturam em razão de projetos específicos. Os materiais, as técnicas, os procedimentos e as metodologias de ensino de cada atividade apresentam especificidades, mas seus princípios ordenadores são análogos. Toda ação pode ser praticada como arte, como ofício ou como obrigação. Em qualquer atividade é possível tomar a técnica mais básica e simples, modificá-la e personalizá-la até transformá-la em algo que motive o fazer e crie possibilidades de percepção de como fazemos, engendrando curiosidade, interesses e prazer em resolver qualquer desafio com envolvimento, estabelecendo relacionamentos diretos, pessoais e interativos – aqui a importância do terapeuta ocupacional como facilitador desse processo – que fornecerão a ligação entre conhecimento, possibilidades e ação. Ritmos, intensidades, habilidades, condensação de informações e vivências, imagens e emoções, entre outros conteúdos, podem ser trabalhados nessa estrutura.

Tomemos, para pensar de forma mais pontual, algumas esferas da vida, como as produções culturais, que envolvem

aspectos complexos relacionados à formação do conhecimento humano, à construção de linguagens para enriquecer a comunicação humana, a vida criativa, o trabalho, as necessidades produtivas e a construção do lazer. Entretanto, não podemos perder a perspectiva de que o desenvolvimento das produções culturais ocorre no interior da estrutura cotidiana e podem enriquecer a trama de significados encontrados na vida dos sujeitos.

Nesse âmbito, as atividades lúdicas, expressivas e artísticas apresentam possibilidades diversificadas de experiências para o sujeito, que podem transformar, por meio da imaginação, elementos da realidade numa nova configuração. Narrativas, jogos, construção de objetos e diversificadas produções são elementos que podem ser compartilhados e participam, em essência, dos relacionamentos que usamos ao tecer a intrincada teia do significado que é a “tessitura real da vida humana”, facilitadores da criação de uma nova realidade.

As atividades expressivas e artísticas possibilitam a recomposição de universos de subjetivação e de ressingularização dos sujeitos, pois elas se constituem em linguagens de estrutura flexível e plástica, que permitem compartilhar experiências e facilitam a comunicação entre as pessoas, sobretudo quando a linguagem comum é insuficiente para exteriorizar vivências singulares. O desenvolvimento do fazer artístico proporciona a criação de objetos e obras que serão “criação sobre o mundo real”, bem como ele é potencializador da experiência de uma nova realidade que fornece ao próprio viver um sentido de vivências do criativo. As atividades artísticas ocorrem dentro de limites amplos, verdadeiros universos nos quais o corpo e diversos materiais plásticos oferecem possibilidades para o processo de criação fluir, e proporcionam uma experiência de transformação: dos materiais, da natureza, de si mesmo, do cotidiano e das relações interpessoais. O prazer da forma cria caminhos para o outro. Nesse contexto, instaura-se um estado de criação permanente, desenvolve-se a possibilidade de reformulação da própria existência, dentro de uma processualidade própria, em que o fundamental é a comunicação e o diálogo com novas formas e configurações.

Em propostas como a desenvolvida no Programa Permanente de Composições Artísticas e Terapia Ocupacional do

Curso de Terapia Ocupacional – Pacto da USP,<sup>3</sup> a participação em atividades corporais e artísticas, que têm um lugar na cultura, como prática social, e a seriedade no acompanhamento de um trabalho de criação e de exploração de novas vias existenciais propiciam a inclusão do indivíduo em grupos e redimensionam a intervenção em saúde, possibilitando aos sujeitos reconectarem necessidades concretas a aspectos globais do seu desenvolvimento e à produção de uma saúde dinâmica, complexa, indeterminada.

Nesse campo é fundamental o cuidado com os produtos, porque há uma forte identificação da pessoa com sua produção e, simultaneamente, para que estes adquiram significações coletivas e se articulem a uma rede de sustentação, fazendo sentido para alguém ou para um grupo, podendo vir a criar novos territórios de trânsito e troca com as formas vigentes e as que vão sendo engendradas. Promover exposições, festas, participação em eventos, feiras, enfim, experiências em espaços de maior liberdade e trânsito social, permite a construção de um novo cotidiano e auxilia na transformação cultural, chegando a tocar a questão de inclusão no campo da troca de valores na rede social. Essas situações produzem efeitos nos expositores e no público, transformando as relações entre eles e redimensionando o trabalho nos grupos de atividades em que as produções artísticas são realizadas. Processo e produto passam, nesse contexto, a formar uma unidade de sentido.

A questão relativa ao produto das atividades é, também, fundamental quando se considera a atuação do terapeuta ocupacional na esfera da vida de produção. Sabemos que este é um desafio atual na prática do terapeuta ocupacional, que, confrontado com a vida concreta dos usuários e chamado a criar novas condições de inclusão social e novas respostas às necessidades que se apresentam nas diversas esferas da vida, não poderia se furtar a enfrentar a difícil questão do trabalho no mundo contemporâneo e buscar alternativas de inserção, nessa esfera da vida social, para indivíduos que estão dela excluídos.

---

3. Para conhecer mais sobre esse programa, ver Canguçu et al., 2001.

Para responder a essa demanda é preciso, em primeiro lugar, se perguntar que sentido o trabalho tem para determinado indivíduo; e se o movimento para inseri-lo em alguma atividade produtiva responde a uma exigência social de normatização, ou se representa o exercício de um direito e a ampliação e fortalecimento das redes de troca com o corpo social. É preciso, além disso, afirmar o caráter econômico do trabalho produtivo, de valores de troca, sua inserção na trama social, aceitando a terapêuticidade como efeito secundário. Trabalho para quem deseja ou precisa trabalhar.

Várias propostas de recolocar o trabalho no interior das práticas em reabilitação são hoje desenvolvidas no Brasil. Uma dessas propostas concretizou-se na formação de “frentes de trabalho”, “grupos produtivos” e “cooperativas”, modalidades de intervenção desenvolvidas de forma pioneira pelo Programa de Saúde Mental de Santos, a partir de 1990. Essa experiência propunha um trabalho desenvolvido grupalmente, visando possibilitar o exercício da autonomia e da solidariedade. Neste sentido as atividades produtivas a serem desenvolvidas eram escolhidas a partir da interação entre três fatores: a escuta das necessidades e possibilidades dos usuários, as brechas do mercado e as possibilidades de se levantar recursos para sua implantação. Buscava-se produzir bens e serviços em quantidade e qualidade suficientes para a sobrevivência no mercado e, ao mesmo tempo, respeitar os ritmos diferentes de cada um e valorizar suas capacidades e saberes, na construção de uma relação de trabalho mais saudável, singularizada e autogerida.

Por fim, é preciso inserir essa discussão num espectro mais amplo e pensar essas práticas no atual mundo do trabalho e do mercado, como nos propõe Fernando Kinker: o trabalho, tal como organizado nas sociedades capitalistas, é algo a ser discutido, questionado ou reinventado, pela sociedade como um todo. Experiências como a citada aqui podem, inclusive, desembocar na invenção de novas formas de produtividade e de outra relação subjetiva com o trabalho. Que pese o significado que têm, para cada um de nós, nossas produções, sua trajetória em um coletivo, seu valor de troca e de intervenção no universo cultural e social do qual fazemos parte.

Repensar o trabalho nos coloca a premência de também reinventar o lazer e as práticas a ele vinculadas e redimensionar

a relação entre essas esferas, levando em conta as configurações contemporâneas.<sup>4</sup> Ao lado da construção de alternativas que viabilizem o exercício do “direito ao trabalho”, é preciso afirmar o “direito ao lazer”. No entanto, em nossa sociedade a valorização do tempo da produção, para determinados grupos sociais, é acompanhada de uma desvalorização do tempo livre, muitas vezes confundido com desinvestimento e abandono.

Reconhecemos esse desinvestimento no tempo da aposentadoria e no tempo longo que muitas vezes constitui os fins de semana e as férias dos usuários de serviços de saúde. Esse vazio de sentido é agravado pela escassez de espaços de encontro e sociabilidade, em especial nas grandes cidades, nas quais, nos últimos anos, “o espaço público vem se constituindo em um espaço inimigo, ou, na melhor das hipóteses, numa terra de ninguém” (Lima & Pasetchny, 1998, p. 38).

Dessa forma, é preciso criar espaços de lazer e sociabilidade, tais como os grupos de saída, os lanches coletivos, as festas, as viagens, as visitas a espaços públicos da cidade. Por outro lado, não podemos confundir essas atividades com uma forma de encobrir a exclusão e o desemprego, nem com a ocupação de um tempo sem significado. O tempo do lazer é um tempo amplo que compreende escolhas e preparação, mas também surpresa, mobilização e transformação. Trata-se, em suma, de abrir-se ao tempo, abrir-se ao acontecimento.

O sentido fundamental das atividades é ampliar o viver e torná-lo mais intenso, nunca diminuí-lo ou esvaziá-lo. Elas nos enriquecem, nos permitem reestruturar a experiência em níveis de consciência sempre mais integrados, tornando nossa compreensão mais abrangente, intensificando, assim, o sentimento da vida. Elas abrem um campo de aquisições, habilitações e prevenções e podem operar como fatores de fortalecimento nos processos de potencialização da inclusão sociocultural. Cada atividade realizada dá origem a novas proposições, e nesse sen-

---

4. Sabemos que a divisão entre tempo da produção, tempo do lazer e tempo da criação está prestes a se dissolver, o que pode ser percebido pela crescente valorização de certo “ócio criativo” e pelo deslocamento do espaço da produção de valor, que passa hoje a cobrir um campo cada vez mais amplo de atividades sociais.



tido é preciso entendê-las como altamente integradoras de outros campos das atividades das pessoas.

## Considerações finais

As atividades são sempre produções do universo cultural humano, são produzidas, realizadas e significadas num campo cultural. A noção de cultura é central para esse campo. É, portanto, num "caldeirão cultural"<sup>5</sup> que se delinea o território de produção subjetiva e da inclusão social – espaço de produção e ampliação da rede relacional num terreno social contraditório. Por um lado, ele exige a presença de um técnico, nesse caso o terapeuta ocupacional, exercendo um papel de interlocutor dos sujeitos, mediador entre as instituições, os projetos e a singularidade dos sujeitos, e, por outro, apresenta possibilidades de aquisição de novos conhecimentos, novas linguagens, novas culturas e práticas para constituírem os projetos de vida.

As atividades, por sua inserção no tempo e no espaço, trazem a possibilidade de concretizar e dar forma a essa conexão entre o sujeito e seu ambiente, atuando em oposição ao processo de exclusão. No panorama atual, no qual em algumas instituições o muro concreto foi superado, as atividades são o instrumento para a superação dos muros simbólicos, ferramentas para estabelecer uma via de dupla mão: trazer para as populações excluídas o que se produz no panorama cultural contemporâneo e incluir nesse panorama aquilo que essas populações produzem.

Pelas atividades é possível a criação de novas possibilidades e finalidades na intervenção; garantir formas múltiplas de ação e expressão e novas formas de vida. Múltiplas são as atividades e ampla a trama de significados e sentidos que nos apresentam. Na Terapia Ocupacional, as atividades são recursos que proporcionam um conhecimento e uma experiência que auxiliam na transformação de rotinas e ordens estabelecidas e oferecem às pessoas instrumentos que sejam para seu

---

5. Expressão utilizada por Kagan para expressar as diversas manifestações relacionadas com a cultura.

próprio uso, ampliando a comunicação, permitindo crescimento pessoal, autonomia, interação social e inclusão cultural.

O acompanhamento na realização de atividades fornece o entendimento da diversidade entre os sujeitos, das múltiplas experiências possíveis, de diferentes concepções de mundo e, principalmente, das rupturas ocasionadas pelos estados clínicos ou pela exclusão social. A partir da realização de atividades é possível completar experiências que ficaram destituídas de sentido e significado ou criar novos sentidos e significados para as experiências vividas e, mais ainda, esse fazer permite acessar também o inconsciente. Na intervenção desse profissional pode-se restaurar ou instaurar vivências de processualidade e, com isso, auxiliar no processo de compreensão de padrões de vivências que precisam ser completadas e integradas plenamente na experiência de vida dos sujeitos. A eficiência deste instrumento e dessa atuação profissional reside essencialmente na capacidade de promover rupturas ativas, processuais, no conjunto de experiências vividas e nas tramas significacionais, a partir do que é possível introduzir novos universos de referência, uma nova processualidade que apontará novas configurações na construção da saúde.

Assim, nessa nova perspectiva de atuação que compreende a conexão de espaços diferentes, sujeitos diferentes, projetos singulares e a aproximação de culturas diversas, é que se pode recolocar em questão as atividades em Terapia Ocupacional. Não se trata de construir modelos, receitas, bulas, indicações de atividades, mas de construir com cada paciente, junto com ele, uma trajetória singular, um projeto de vida, uma forma de sair das malhas aprisionantes de uma vida relegada a espaços muito restritos e estreitos. Trata-se de ampliar a vida, buscar interlocuções, conexões, favorecer encontros, possibilitar trânsitos novos, empreender um conjunto de ações que se tornarão uma nova "ponte" de interação do sujeito com a época e o local no qual vive, configurando, assim, a partir das atividades, uma nova entrada social.

Esse conjunto de fatores constitui os objetivos da Terapia Ocupacional no atendimento dos sujeitos e será sempre complementado pela particularidade do conjunto de necessidades expressas pelo momento pessoal e pela história de vida de cada um, associadas à necessária reconstituição de uma multiplicidade de ações para a construção da saúde.

## Referências bibliográficas

- BENETTON, M. J. *A Terapia Ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental*. Campinas, Programa de Estudos Pós-Graduados em Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, 1994, 190 pp. Tese de doutorado.
- BRUNELLO, M. I. B. *Ser lúdico: promovendo a qualidade de vida na infância com deficiência*. São Paulo, Ipusp, 2001, 215 pp. Tese de doutorado.
- CANGUÇU, D. F. et al. "O Programa Permanente Composições Artísticas e Terapia Ocupacional: uma proposta de atenção na interface Arte-Saúde". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 2001, no prelo.
- CARVALHO, E. A. et al. *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo, Palas Athena, 1998, 77 pp.
- CASTEL, R. "La contradizione psiquiatrica". In: BASAGLIA, Franca & BASAGLIA, Franco. *Crimini di pace: ricerche sugli intellettuali e sui tecnici come addetti all'oppressione*. Turim, Einaudi Editore, 1975, 451 pp.
- CASTRO, E. *Atividades artísticas e Terapia Ocupacional: criação de linguagens e inclusão social*. São Paulo, ECA/USP, 2001, 327 pp. Tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. "Arte, corpo e Terapia Ocupacional: aproximações, interseções e desdobramento". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 11(1): 7-12, 2000.
- CERTAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1998, 320 pp.
- Folder de Apresentação do Curso de Terapia Ocupacional da USP. Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FMUSP. Publicação própria, 1997.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, 164 pp.
- HOPKINS, H. L. "Uma perspectiva histórica em Terapia Ocupacional". In: HOPKINS, H. L. & SMITH, H. D. *Wiliard and Spackman's occupational therapy*. Trad. Jussara Pinto. Filadélfia, J. B. Lippincot, 1984, 43 pp.
- KAGAN, M. "El arte en el sistema de la actividad humana". In: *Estetica, selección de lecturas*. Havana, Editorial Pueblo y Educación, 1987, 157 pp.
- KINKER, F. S. "Trabalho como produção de vida". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 8(1):42-7, 1997.
- LIMA, E. A. *Clínica e criação: a utilização de atividades em instituições de saúde mental*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP, 1997, 201 pp. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_\_. "Terapia Ocupacional: um território de fronteira?" *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 8(2-3): 98-101, 1998.
- LIMA, L. J. C. & PASETCHNY, N. "Atividades em grupo: uma alternativa para inclusão social na terceira idade". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 9(1): 37-42, 1998.
- NASCIMENTO, Beatriz Ambrósio. "O mito da atividade terapêutica". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 1(1): 17-21, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 1991, 160 pp. Dissertação de mestrado.
- NICÁCIO, M. F. *O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura*. São Paulo, PUC, 1994, 193 pp. Dissertação de mestrado.
- SARACENO, B. *La fine dell'intrattenimento. Manuale di Riabilitazione Psichiatrica*. Roma, Grandi Opere, 1995, 132 pp.
- SOARES, L. B. T. *Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo, Hucitec, 1991, 138 pp.
- SPOSATI, A. (coord.) *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ, 1996, 172 pp.
- TEDESCO, S. "Terapia Ocupacional: produzindo uma clínica de atenção às dependências". *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 2(2): 16-19, 1997.